

ALGUNS ASPECTOS DE SUPERLATIVAÇÃO NO *DIRECTÓRIO DOS ÍNDIOS*

Emmanuel Macedo Tavares (Simonsen)

1. INTRODUÇÃO

Era natural que houvesse reforços ou intensificações nas formas de expressão dos escritores do século XVIII. Fazia parte de seu estilo, como também nos autores de trezentos até quatrocentos anos antes, isto porque o pensamento precisa ser comunicado com maior clareza. A este estilo chama-se de *estilo barroco*. O gênero Barroco predominou nas literaturas portuguesa e brasileira do século XVI ao século XVIII.

O texto que se vai apresentar em forma de pequenas análises estilísticas, *Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*, é um texto da literatura de administração em que os elementos característicos no *barroquismo* estão presentes como num texto e literatura comum. Pertencia ao Governo de Pombal naquela região do Brasil.

A chamada *argumentação barroca*, da qual foi concebido o *Directório*, faz parte da tradição retórica da época cujo objetivo principal era o de ensinar a falar e escrever com persuasão e, para isso, o sistema educacional se baseava na retórica de Aristóteles, Isócrates, Cícero, Horácio e Quintiliano.

Por ter o Barroco se tornado um verdadeiro *estilo de vida* entre os séculos XVI e XVII no Ocidente, é que suas manifestações generalizaram-se desde as artes até as letras.

O estilo Barroco foi cognominado de estilo jesuítico, especialmente após o Concílio Tridentino que esteve reunido na cidade de Trento na Itália, entre os anos de 1545 e 1563. A luta proclamada pela Contra-Reforma, desde a Espanha e com a ação nas mãos e na ideologia dos membros da Companhia de Jesus, buscava aproximar novamente o homem a Deus, o ideal terreno ao celeste, o modo de viver, viver religioso, e o profano numa tentativa de conciliar o legado medieval e o renascentista.

A antítese ou dualismo existente na alma do homem barroco é expressa na procura de uma conciliação entre a razão e a fé que viviam em estado de tensão e de conflito permanente.

Esse estado de espírito acaba por se tornar evidente na maneira de escrever dos autores que dão preferência ao uso de perífrases e metonímias para encobrir situações indecorosas; de jogos de idéias, de palavras, anáforas, parônimos, parequemas, metáforas, simbolismos sensuais, sinestésias,

hipérboles, superlativos. Estes artifícios lingüísticos tinham como meta revelar a tensão interior, o conflito entre o indivíduo e o mundo inseguro no qual se achava inserido. Através destes autores a sociedade inteira exprime de forma hiperbólica, exacerbada, com intensidade superlativa em que grau ela sente, ela percebe a existência humana.

Porque a alma barroca é contraditória, dual, pode-se dizer, até, que esta característica é própria da ortografia oscilante e confusa daquele período do *Directório*, o *pseudo-etimológico*.

2. DESENVOLVIMENTO

O que salta de pronto aos olhos do leitor do *Directório dos Índios* é o emprego do superlativo sintético, tanto na forma erudita como na popular. Mas, além deste especial processo de intensificação, encontram-se outros que servirão para apreciação. São eles: o emprego da repetição e dos advérbios com sufixo *-mente*.

O superlativo, enquanto intensificador de uma idéia, pode ser empregado com o auxílio de um advérbio de intensidade (muito, extraordinariamente, extremamente etc.), ou pelo acréscimo do sufixo *-íssimo* ao adjetivo. Segundo Manuel Rodrigues Lapa: “De um modo geral, tem-se a impressão de que o emprego do sufixo imprime maior força intensiva à idéia”¹. Tanto é assim que aparecem no *Directório* as formas *piíssimas*, § 1, *fidelíssimos*, § 3, *especialíssimo*, § 5, *perniciosíssimo*, § 27, *prejudicialíssimo*, § 11, *fertilíssimo*, § 19, *interessantíssima*, § 20, *limitadíssimo*, § 27, *importantíssima*, § 27, *utilíssimas*, § 77, *religiosíssimas*, § 79, *suavíssimos*, § 80, *odiosíssima*, § 88 e *santíssimos*, § 95 e repetidos em outros parágrafos. Para que se possa entender o grau de relevância do superlativo, vejamos os exemplos:

§ 1, linha 9: “/.../ para que o referido Alvará tenha a sua devida execução e se verifiquem as Reais e *piíssimas* intenções do dito Senhor,/.../”. *Piíssimas* quer dizer ‘muito ou extremamente piedosas, caridosas’;

§ 3, linha 11: “Estes dous virtuosos e importantes fins, que sempre foi a heróica empresa do incomparável zelo dos nossos Católicos e *Fidelíssimos* Monarcas”. *Fidelíssimos* significa ‘muito ou extremamente fiéis’;

§ 5, linha 3: “/.../ empregarão, estes, um *especialíssimo* cuidado em lhes persuadir todas aqueles meios,/.../”. *Especialíssimo* está por ‘muito ou extremamente especiais’;

§ 80, linha 8: “/.../ para que os mesmos índios se possam civilizar, pelos *suavíssimos* meios do comércio e da comunicação,/.../”. *Suavíssimos* quer dizer ‘muito ou extremamente suaves’.

Todos os superlativos em *-íssimo, os, a, as* do texto são: *piússimas*, §§ 1, 16, 50, 59, 61 e 73; *Fidelíssimos*, §§ 3 e 80; *especialíssimo*, §§ 5 e 62; *perniciosíssimo*, §§ 6, 27, 38 e 41; *prejudicialíssimo*, §§ 10, 20, 38, 42, 73 e 89; *fertilíssimo*, §§ 19 e 23; *interessantíssima*, §§ 23, 25, 34, 73 e 87; *importantíssima*, §§ 26, 27, 46, 73, 88 e 92; *limitadíssimo*, § 27; *digníssimo*, § 27; *utilíssimas*, § 77 e 94; *religiosíssimas*, § 79; *suavíssimos*, § 80; *odiosíssima*, § 88 e *santíssimos*, § 95.

O número excessivo, 15 formas e mais as repetições, mostra a intenção que o autor (deste ponto em diante a palavra *autor* será usada para referência ao Governador Francisco de Xavier Mendonça Furtado, autor de direito do *Directório*, visto haver dúvidas quanto à autoria de fato, formal do documento) tem em dar ênfase às idéias, aos propósitos. Pode-se, por isso, ver num mesmo parágrafo, 27, *limitadíssimo*, com o sentido de ‘muito ou extremamente limitado’: “/.../ é tão escandalosa a rusticidade com que têm sido educados os índios que, não só não reconheciam a Deus com este *limitadíssimo* tributo, /.../”; *digníssimo*, este com o significado de ‘muito ou extremamente digno’: “/.../ cuidando muito os Directores em que os referidos índios observem exactamente a Pastoral que o *digníssimo* Prelado desta Diocese mandou publicar em todo o Bispado,/.../”; *importantíssima*, com o sentido de ‘muito ou extremamente importante’: “/.../ respectiva a esta *importantíssima* matéria”; e, *perniciosíssimo*, que quer dizer ‘muito ou extremamente pernicioso’: “Para desterrar, pois, dos índios este *perniciosíssimo* costume/.../”.

No entanto, o superlativo absoluto sintético era, segundo Elsa Canhêto Correiaⁱⁱ, raro no português medieval. E cita três casos:

No *Amadis de Gaula*, IV, c. 42:

“/.../, falando com ele no que mais lhes dava gosto, *contentíssimas* da maneira como lhes respondia”.

E, no *Leal Conselheiro*, p. 149:

“/.../, por que nos senhores esta virtude antre todas muyto recebe grande louvor, onde por special della som chamados *illustríssimos* e *serenyssimos*/.../”.

O largo emprego de advérbios de modo com sufixo *-mente* deixa transparecer a preocupação que possuía o autor em intensificar um pensamento, um desejo ou o objetivo que tinha ao escrever, ou seja, o de prescrever normas a serem por outros seguidas. Mas já dizia M. Rodrigues Lapa: “E um momento houve em que o seu emprego se tornou tão insistente, tão abusivo, que chegou a causar reparos nos defensores do vernaculismo”ⁱⁱⁱ.

Alguns exemplos:

§ 1, linha 14: “/.../ para dirigir com acerto os referidos índios debaixo das ordens e determinações seguintes, que, *inviolavelmente*, se observarão

enquanto Sua Majestade o houver assim por bem e não mandar o contrário”. O advérbio denota, assim, que a ordem dada não pode ser descumprida, a menos que o rei disponha o contrário.

§ 6, linha 1: “Sempre foi máxima, *inalteravelmente* praticada em todas as Nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma,/.../”. Quer dizer, máxima praticada de forma única, sem transgressão.

§ 8, linha 10: “/.../ a ler e escrever para que, *juntamente* com as infalíveis verdades da nossa Sagrada Religião, adquiram com maior facilidade o uso da Língua Portuguesa.” O advérbio aparece para expressar a necessidade de que havia em os índios aprenderem, não só a língua mas também, ao lado desta, a religião.

E por aí vai. Os demais advérbios e respectivas ocorrências são: *precisamente*, §§ 11, 38, 40 e 60; *insensivelmente*, § 9; *regularmente*, § 10; *naturalmente*, §§ 10, 14 e 44; *moralmente*, § 11; *especialmente*, §§ 12, 14, 15 e 93; *necessariamente*, § 12; *finalmente*, §§ 15, 17, 30, 33, 56, 58, 70, 73, 92 e 95; *conseqüentemente*, §§ 18, 36, 47, 74 e 89; *igualmente*, §§ 20, 38, 49 e 60; *abundantemente*, § 22; *evidentemente*, §§ 25, 47, 61, 69 e 74; *exatamente*, § 27; *summamente*, § 28, 47 e 81; *intempestivamente*, § 28; *pessoalmente*, §§ 28, 41, 43 e 50; *uniformemente*, § 29 e Alvará; *fielmente*, § 32; *juntamente*, § 32 e 62; *inculpavelmente*, § 32; *essencialmente*, § 36; *indisputavelmente*, §§ 37 e 62; *primeiramente*, §§ 38 e 45; *racionalmente*, § 39; *innegavelmente*, § 40; *totalmente*, §§ 41, 53, 87 e 88; *indispensavelmente*, §§ 42 e 83; *claramente*, § 48; *gostosamente*, § 48; *voluntariamente*, §§ 50 e 95; *alternativamente*, § 50; *interinamente*, § 55; *privativamente*, § 62; *infalivelmente*, § 65; *fidelissimamente*, § 66; *cabalmente*, § 79; *aparentemente*, § 82; *secretamente*, § 90; *sinceramente*, § 91; *rigorosamente*, § 92; *novamente*, § 94; *ultimamente*, § 95; *civilmente*, Alvará; *inteiramente*, Alvará e *soamente*, Alvará.

Pode-se, ainda, atentar, em especial, para o § 66, linha 3: “/.../ declarando nelas *fidelissimamente* todos os índios que forem capazes de trabalho,/.../”. Este é um exemplo único, entre os advérbios e superlativos do texto, utilizado em seu grau máximo. Ou seja, um composto do superlativo absoluto sintético de *fiel*, sob forma erudita, *fidelíssimo*, acrescido do sufixo *-mente* formador de advérbios de modo. Representa a vontade suprema do autor textual que quer ver cumprida à risca a sua ordem.

O que se vê, portanto, é o uso do sufixo *-mente* como partícula de realce de modos, estados e situações que o autor deseja pôr em evidência para alcançar o seu objetivo, ou seja, de convencer, persuadir as pessoas a que se destinam com suas recomendações, suas ordens a respeitarem e seguirem-nas de forma que, assim, ele pensa, será cumprida com êxito sua lei, o *Di-*

rectório.

O advérbio de intensidade *mais* tem quatro aplicações de um total de 49 ocorrências no texto.

Mais tem a sua própria função, ou seja, de advérbio de intensidade, registrada nos seguintes parágrafos: 15, 18, 24, 28, 29, 32, 34, 45, 46, 47, 48, 61, 64, 78, 88, 94 e Alvará.

Exs.: § 24, linha 6: “/.../ sendo a abundância dele o meio *mais* proporcionado para se introduzirem neste Estado/.../”;

§ 29, linha 2: “/.../ sendo chamados para avaliarem todos os pretos que pouco *mais* ou menos poderão render naquele anno as ditas rosas, /.../”.

Nos parágrafos 1, 2, 7, 9, 11, 14, 20, 23, 24, 25, 36, 40, 42, 49, 50, 51, 71, 78, 92 e Alvará assume o lugar do advérbio *demais*.

Exs.: § 1, linha 12: “/.../ e de todos os *mais* requisitos necessários para poder dirigir com acerto os referidos índios, debaixo/.../”;

§ 40, linha 2: “/.../ na forma que costumam as *mais* Nações do mundo, /.../”.

O advérbio *mais* se apresenta como comparativo de superioridade (fórmula ‘mais...que’) em oito oportunidades: §§ 24, 25, 26, 36, 43, 50, 88 e Alvará.

Exs.: § 24, linha 3: “/.../ nenhum é *mais* interessante *que* o algodão,/.../”;

§ 43, linha 8: “/.../ nem estipular com eles directa ou indirectamente negócio do contrato algum por *mais* razoável e justo *que* pareça.”

Uma quarta e última aplicação do advérbio *mais* no texto aparece nos parágrafos 6, 14, 37 e 78. Trata-se, pois, do superlativo relativo de superioridade analítico ‘mais...de’ que não se formou nas línguas românicas porque é uma herança genuinamente latina.

Exs.: § 6, linha 3: “/.../ por ser indispensável que este é um *dos* meios *mais* eficazes para desterrar dos rústicos/.../”;

§ 37, linha 2: “/.../ sem embargo de ser esta a primeira e *mais* substancial máxima da política/.../”.

O adjetivo *maior* aparece caracterizado como simples adjetivo nos parágrafos 2, 8, 12, 39, 40, 41, 47, 48, 62, 76 e 78 em que transmite um grau de intensidade elevada à propriedade de alguns substantivos e adjetivos.

Exs.: § 2, linha 17, “/.../ que a dissimulação dos delictos pequenos seja a causa de se cometerem culpas maiores,/.../”

§ 40, linha 8: “/.../ é o siminário das *maiores* iniquidades, perturbações e desordens.”

Ainda na função adjetiva e em sua forma plena, ou apocopada, para qualificar, com intensidade especial, patentes militares, têm-se os parágrafos 9, 50, 55 e 71.

Exs.: § 9, linha 2: “/.../ pois até os mesmos Principais, Sargentos. *Maiores*, /.../”.

§ 55, linha 12: “/.../ tenho nomeado interinamente o Sargento-*Mor* Antônio Rodrigues Martins, /.../”

Como comparativo de superioridade, no parágrafo 72, linha 4: “/.../ não consintam de nenhum modo que estas sejam reputadas por *maior* preço *do que* se vende nesta Cidade,/.../”; ou como superlativo relativo de superioridade sintético nos parágrafos 13, 20, 34 e 45.

Exs.: § 13, linha 7: “/.../ persuadindo-lhes, com a *maior* eficácia, o quanto será escandaloso/.../”;

§ 20, linha 1: “Consistindo a *maior* felicidade do País na abundância de pão/.../”.

Em menor número de aparecimento no texto estão o sintético *menor* e o analítico *menos*. Parágrafos 31 e 47, o primeiro, e 29, 40, 47 e 77, o segundo.

Exs.: § 31, linha 5: “/.../ de sorte que não padeçam a *menor* damnificação até serem remetidos/.../”

§ 47, linha 8: “/.../ que puder fabricar-se em menos tempo/.../”

Outro advérbio de intensidade, *muito*, serve para mostrar a força com que pretende o autor passar a sua mensagem. É assim nos parágrafos 11, 12, 17, 27, 40, 48, 72, 74, 80, 87, 90 e Alvará. Porém, sem deixar o tom reforçativo, os parágrafos 20, 46 e 75 apresentam o advérbio sob a forma adjetiva.

Exs.: § 9, linha 1: “Concorrendo *muito* para a rusticidade dos índios, /.../”;

§ 20, linha 13: “/.../ haviam de experimentar o irreparável prejuízo dos *muitos* e preciosos efeitos que elas produzem.”

Quanto ao adjetivo *melhor*, seu aparecimento se dá em três únicas vezes e com esta função no parágrafo 32, linha 12: “/.../ escolhendo a *melhor* canoa/.../”, nos parágrafos 47, linha 8: “/.../ terá *melhor* consumo e conseqüentemente será mais bem reputado/.../” e 56, linha 3: “/.../ dando-lhes a *melhor* reputação que permitir a qualidade deles/.../” exercendo a função de comparativos de superioridade.

Percorrendo o texto, pode-se verificar vários outros indicativos de superlativação no discurso do autor setecentista. Por uma vez, se encontram os comparativos de superioridade *superior* e *inferior*:

§ 62, linha 7: “/.../ certo que a necessidade *commum* constitui uma lei *superior* a todos os incômodos e prejuízos particulares.”, e,

§ 89, linha 3: “/.../ que os índios, tanto não são de *inferior* qualidade a respeito delas, que,/.../”

Tanto, enquanto advérbio de quantidade, pronome indefinido adjetivo ou conjunção subordinativa consecutiva, aparece em várias partes (§§ 6,

13, 18, 29, 32, 56 e 89) com o valor intensivo.

Exs.: § 6, linha 8: “/.../ se praticou *tanto* pelo contrário que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela/.../”;

§ 29, linha 7: “/.../ julgarão uniformemente que renderia naquele ano *tantos* alqueires, dos quais pertencem *tantos* ao dízimo,/.../”;

§ 32, linha 8: “/.../ *tanto* que os Directores embarcaram os dízimos na canoa do transporte,/.../”.

O termo intensivo *tão* ora aparece sob a forma de advérbio de intensidade, ora formando conjunção comparativa ‘*tão...como(quais)*’ e ora formando a conjunção consecutiva ‘*tão...que*’. É assim nos parágrafos 5, 13, 15, 22, 25, 26, 27, 35, 44, 64, 66, 69, 74, 79, 85, 88, 92 e Alvará.

Exs.: § 5, linha 4: “/.../ que possam ser conducentes a *tão* útil e interessante fim, *quais* são os que vou a referir.”;

§ 13, linha 3: “/.../ vício entre eles *tão* dominante e universal, *que* apenas se conhecerá um só índio que não/.../”;

§ 44, linha 13: “/.../ a pureza com que eles se conduziram em matéria *tão* importante *como* esta de que depende,/.../”;

§ 79, linha 2: “E para que os ditos Juizes Ordinários e Principais possam desempenhar cabalmente *tão* alta e importante obrigação,/.../”.

O advérbio *bem* com o sentido de ‘muito’ ou de ‘extremamente’, aparece por 6 vezes (§§ 22, 32, 47, 49, 92 e 47). Este advérbio antes de passar às línguas românicas já servia ao latim no reforço de adjetivos e advérbios.

Exs.: § 22, linha 10: “*Bem* entendido que a abundância da farinha,/.../”

§ 47, linha 9: “/.../ terá melhor consumo e conseqüentemente será mais *bem* reputado;/.../”.

Todo (todos, toda, todas) aparece na maioria das vezes como pronome indefinido adjetivo e, em algumas ocasiões, como pronome indefinido substantivo, mas sempre com o valor superlativante, em cerca de 133 ocasiões (§§ 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 26, 27, 29., 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 80, 83, 86, 87, 89, 91, 92, 94 e Alvará).

Exs.: § 1, linha 12: “/.../ e de *todos* os mais requisitos necessários para poder dirigir/.../”;

§ 49, linha 11: “/.../ porque, deste modo, experimentaram *todos* igualmente o peso do trabalho/.../”.

Outro pronome indefinido adjetivo com valor intensificador é *qualquer* (quaisquer) que aparece nos parágrafos 9, 10, 31, 32, 33, 36, 40, 41, 43, 48, 51, 54, 72, 80, 82, 86 e Alvará.

Exs.: § 9, linha 13: “/.../ ou ocuparem outro *qualquer* posto honorífico, e,/.../”;

§ 33, linha 2: “/.../ nesta importante matéria, *qualquer* desordem e confusão,/.../”.

Tudo, pronome indefinido substantivo e com valor superlativante, está presente nos parágrafos 22, 51, 55 e Alvará.

Exs.: § 22, linha 3: “/.../ *tudo* é confusão e desordem,/.../”;

Alvará, linha 30: “/.../ porque *tudo* Hei por derrogado para este efeito,/.../”.

O indefinido *tal* se encontra nos parágrafos 16 e 29 como conjunção consecutiva.

Exs.: § 16, linha 8: “/.../ de *tal* sorte se executara estas piíssimas e Reais determinações, que,/.../”;

§ 29, linha 3: “/.../ de *tal* sorte se devem dirigir pelo ditames da equidade,/.../”, e, como pronome indefinido adjetivo nos parágrafos 21 e 29:

§ 21, linha 4: “/.../ de sorte que pelos annos de 1754 e 1755 chegou a *tal* excesso a carestia da farinha, que,/.../”;

§ 29, linha 6: “/.../ avaliando os Louvados Fulano e Fulano a Roça de *tal* índio,/.../”

Quanto, pronome indefinido substantivo, está registrado nos parágrafos 13, 17, 19 e 25.

Exs.: § 13, linha 7: “/.../ com a maior eficácia, o *quanto* será escandaloso que,/.../”;

§ 19, linha 2: “/.../ de sorte que eles percebam evidentemente o *quanto* lhes será útil o trabalho,/.../”.

O adjetivo *total* com valor intensivo está presente nos parágrafos 6, 26, 35, 47, 60, 69 e 95.

Exs.: § 6, linha 18: “/.../ que até agora se não observaram com *total* ruína espiritual e temporal do Estado.”;

§ 47, linha 12: “/.../ não só porque a abundância daquele gênero o reduziria ao último abatimento com *total* prejuízo dos commerciantes,/.../”.

O valor superlativante encontrado a todo momento no texto do *Directório* também se apresenta com carga máxima no advérbio *totalmente*, parágrafos 23, 41, 53, 87, 88 e 95.

Exs.: § 23, linha 6: “/.../ ou porque *totalmente* lhes faltavam os mantimentos precisos para o fornecimento das canoas,/.../”;

§ 41, linha 1: “E como, para extinguir *totalmente* o injusto e prejudicial comércio da aguar-dente,/.../”.

O adjetivo *grande* com o sentido intensivo de *muito* está presente nos parágrafos 8, 11, 79 e, sob a forma substantiva *grandeza*, 74.

Exs.: § 11, linha 3: “E para evitar a *grande* confusão que precisa-

mente havia de resultar/.../”;

§ 74, linha 7: “/.../ em que estas sejam erigidas com toda a segurança e aquelas com a possível *grandeza*”.

O caráter de redundância exprimido pelas repetições lexicais do *Directório*, aponta para dois fatores: de singular partícipe do processo de intensificação de idéias largamente empregado no português arcaico, aqui bem presente, e, como mantenedor ativo da coesão e coerência textuais.^{iv}

A seguir serão apresentadas outras palavras, expressões, locuções, advérbios, conjunções e pronomes que exercem a função reforçativa no discurso do autor do *Directório*.

A conjunção *ou*, coordenativa alternativa, está presente em 16 parágrafos (2, 6, 8, 9, 19, 23, 29, 30, 32, 40, 42, 43, 54, 75, 76 e 82) sendo que na forma “ou...ou” está registrada nos parágrafos 8, 19, 23, 32, 40, 42, 43, 54, 75, 76 e 82 e, neste caso, para tornar enfático o valor de alternância no que deve ser feito pelos índios e pessoas da administração do Governo de acordo com o que autor determinava.

Exs.: § 8, linha 6: “/.../ concorrendo cada um deles com a porção que se lhes arbitrar, *ou* em dinheiro, *ou* em efeitos, que será sempre com atenção/.../”;

§ 40, linha 1: “Ficando, pois, na liberdade dos índios *ou* vender seus fructos por dinheiro, *ou* comutá-los por fazendas/.../”.

A conjunção coordenativa aditiva *nem* tem seu valor redobrado com a repetição, de aspecto alternativo, nos parágrafos 30, 38, 43 e 62 e de valor simplesmente aditivo nos parágrafos 10, 28, 37, 39, 41 67 e Alvará.

Exs.: § 43, linha 6: “/.../ que *nem* por si *nem* por interposta pessoa possa pessoalmente comprar aos índios/.../”;

Alvará, linha 27: “/.../ o cumpram e guardem e o façam cumprir e guardar tão interinamente como nele se contém sem embargo, *nem* dúvida alguma;/.../”.

A conjunção subordinativa temporal *até agora*, que está nos parágrafos 1, 3, 6, 10, 16, 19, 20, 39, 44, 60, 69, 80, 81 92, marca, com ênfase, o tempo para o autor textual mostrar como eram até aquele momento a situação do índio no país.

Exs.: § 20, linha 8: “/.../ o segundo é o errado uso que *até agora* se fez do trabalho dos mesmos índios que aplicados à utilidade/.../”;

§ 69, linha 2: “/.../ mas, porque da observância deste parágrafo se podem originar aquelas racionáveis e justas queixas que, *até agora*, faziam os moradores/.../”.

Já a conjunção subordinativa final *para que* ocorre 40 vezes (§§ 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 17, 26, 27, 29, 31, 33, 34, 36, 39, 44, 46, 51, 52, 57, 59, 64, 68, 70, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 87, 88, 90, 93, 95 e Alvará), servindo

para sublinhar a mudança esperada, o fim obstinado que o autor quer alcançar no emprego de uma nova política para um antigo problema: índio X branco.

Exs.: § 2, linha 13: “/.../ e que não basta a eficácia da sua direção *para que* os ditos Juizes Ordinários e Principais castiguem/.../”;

§ 17, linha 6: “E, *para que* estas persuasões cheguem a produzir o efeito que se deseja,/.../”.

A negativa *não* tem participação muito grande no *Directório*. Tanto assim que, em 114 ocasiões diferentes (§§ 1, 2, 3, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 87, 89, 91, 92, 93, 94 e Alvará), está presente.

As fórmulas “não...mais que”, “não só não...mas”, “não...nenhum é mais...que” e “não...de nenhum modo” com aparecimento nos parágrafos 50, 27, 24 e 72, respectiva-mente, embora em uma só ocasião cada uma, marcam bem a necessidade que o autor tem de deixar claro, por meio da negativa, que todas as suas recomendações e ordens devem ser cumpridas, custe o que custar, em vista dos erros outrora cometidos, seja por índios, seja por subordinados ao governo administrativo. Veja comentário à expressão “não só...mas” em comparação ao uso pleonástico do *não* na fórmula “não só não...mas” e de *nenhum* em “não...nenhum é mais que”.

Exs.: § 27, linha 8: “/.../ *não* só *não* reconheciam a Deus com este limitadíssimo tributo, *mas* até ignoravam a obrigação que tinham de o satisfazer/.../”;

§ 50, linha 7: “/.../ *não* havendo *mais* que dous Principais na povoação.”;

§ 72, linha 4: “/.../ no caso que os moradores queiram fazer o dito pagamento em fazendas, /.../, *não* consintam *de nenhum modo* que estas sejam reputadas por maior preço/.../”;

§ 24, linha 2: “/.../ e *não* podendo duvidar-se que entre os preciosos efeitos que produz o País, *nenhum é mais* interessante *que* o algodão,/.../”.

A ênfase, imprescindível, como característica do texto do *Directório*, à negativa *não*, fica de todo entendida através da fórmula “não...(por[de] modo[meio]) algum(a)” presente nos parágrafos 6, 15, 16, 17, 31, 36, 62, 67, 70 e 74.

Exs.: § 16, linha 10: “/.../ *não* se omitiu *meio algum* de os separar do comércio e da agricultura.”;

§ 31, linha 1: “E, para que os ditos Directores *não* experimentem prejuízo *algum* na arrecadação/.../”;

§ 15, linha 10: “/.../ *não* consentindo *de modo algum* que andem nus, especialmente as mulheres em quasi todas as povoações,/.../”

A expressão negativa “nenhum modo” é enfática na sua forma e por se repetir nos parágrafos 37, 39, 57, 72, 73, 82 e 88 numa declaração de comando, de ordem suprema a ser cumprida sem questionamento.

Exs.: § 39, linha 1: “Em segundo lugar, recomendo aos ditos Directores, que por *nenhum modo* consintam que os índios commerciem ao seu pleno arbítrio porque,/*.../*”;

§ 82, linha 1: “Primeira: que, de *nenhum modo* poderão possuir as terras que na forma das Reais Ordens de Sua Majestade se acharem distribuídas pelos índios,/*.../*”.

O adjetivo *possível* surge em 5 oportunidades (§§ 19, 32, 34, 74 e 80) com tom amenizante em meio a um discurso impregnado de formas superlativantes.

Exs.: § 17, linha 3: “/*.../* cuidarão logo em examinar, com a *possível* exactidão, se as terras,/*.../*”;

§ 34, linha 12: “/*.../* lhes servirá de estímulo para dirigirem os índios com a *possível* eficácia no interessantíssimo trabalho da agricultura.”.

Já o adjetivo *último* com ocorrência nos parágrafos 13, 47 e 52 e com o significado de ‘extremo, máximo’, tem, assim, valor superlativo dentro do texto.

Exs.: § 13, linha 2: “/*.../* não se pode duvidar que o da ebriedade de tem reduzido ao *último* abatimento,/*.../*”;

§ 52, linha 4: “/*.../* que falecendo, enfermado ou fugindo alguns ficam as canoas nos sertões expostas ao *último* desamparo,/*.../*”.

A expressão superlativante, *em caso algum*, aparece apenas em duas oportunidades: §§ 2 e 62.

Exs.: § 2, linha 6: “/*.../* não poderão os sobreditos Directores, *em caso algum*, exercitar jurisdição coactiva nos índios,/*.../*”;

§ 62, linha 4: “/*.../* não lhes sendo lícito, *em caso algum*, nem exceder o número da repartição,/*.../*”.

A expressão “não só...mas” que aparece nos parágrafos 1, 13, 17, 22, 24, 25, 27, 32, 46, 47, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 63, 69, 70 e 80, representa a figura de pensamento *litotes*, ou seja, ao afirmar negando, serve, portanto, de atenuação, para, em seguida, a adversativa *mas* intensificar, incluir o desejo do autor textual.

Exs.: § 1, linha 6: “/*.../* propondo-lhes *não só* os meios da civilidade, *mas* da conveniência,/*.../*”;

§ 24, linha 8: “/*.../* com recíproca utilidade *não só* do Reino, *mas* das Nações Estrangeiras.”.

O prefixo *des-* transmite um valor superlativante a alguns verbos e substantivos dos parágrafos 14, 15, 22, 28, 33, 38, 39, 40, 52, 54, 85, 90 e 91.

Exs.: § 15, linha 6: “/.../ desterrando deles a *desnudez*, que, sendo efeito não da virtude,/.../”;

§ 2, linha 21: “/.../ para que o horror do castigo os não obrigue a *desamparar* as suas povoações,/.../”.

O pronome indefinido *nenhum* presente, também, na expressão “nenhum é mais...que” apresenta-se de forma superlativa nos parágrafos 24, 36 e 46.

Exs.: § 24, linha 3: “/.../ *nenhum é mais* interessante que o algodão,/.../”;

§ 36, linha 2: “/.../ *nenhum é mais* eficaz que a introdução do comércio/.../”;

§ 46, linha 2: “/.../ *nenhum é mais* importante *nem* mais útil que o do Sertão,/.../”, sendo que este exemplo tem o reforço pleonástico da conjunção negativa *nem*. Já o mesmo pronome com flexão feminina e idêntico valor intensivo, *nenhuma*, só está manifestado no parágrafo 53, linha 7: “/.../ de sorte *nenhuma* sejam dos que pertencem à distribuição do povo/.../”.

O substantivo abstrato *meio* é uma via de acesso ao fim que o autor deseja alcançar; ganhando em valor quando está no plural. Está presente nos parágrafos 1, 5, 6, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 24, 36, 71, 75, 78, 80, 85, 87, 88 e 90.

Exs.: § 14, linha 2: “/.../ é a empresa mais árdua de conseguir-se, especialmente pelos *meios* da violência e do rigor,/.../”;

§ 80, linha 8: “/.../ para que os mesmos índios se possam civilizar pelos suavíssimos *meios* do comércio e da comunicação,/.../”.

De forma semelhante se apresenta o substantivo *modo* simbolizando o meio (ou maneira) pelo qual o autor espera que se alcance o fim desejado. Ele está nos parágrafos 6, 7, 30, 37, 38, 39, 49, 51, 54, 57, 58, 61, 68, 69, 72, 73, 77, 81, 82, 89, 90, 91 e 95.

Exs.: § 51, linha 12: “/.../ para se lhes declarar o *modo* com que devem proceder na factura do cacau,/.../”;

§ 89, linha 6: “/.../ desterrando-se, por este modo, as prejudicialíssimas imaginações dos moradores deste Estado/.../”.

Seguindo o uso do substantivo *modo* está o substantivo *forma* que aparece nos parágrafos 2, 6, 7, 18, 19, 31, 32, 33, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 57, 61, 63, 64, 66, 68, 70, 71, 77, 80, 82 e 94.

Exs.: § 49, linha 6: “/.../ na nomeação que fizerem deles para o mencionado comércio, a *forma* seguinte:/.../”;

§ 31, linha 7: “O que os Directores executarão na *forma* seguinte.”.

A conjunção subordinativa conformativa “na conformidade” (= conforme, consoante) exprime, como os substantivos *modo* e *forma*, acima referidos, a maneira pela qual o autor buscava o cumprimento de seus propó-

sitos. Os parágrafos 30, 65, 76, 78, 80 e 84 utilizam-na.

Exs.: § 30, linha 12: “/.../ à qual pertencem em todas as Conquistas, os dízimos *na conformidade* das Bulas Pontifícias.”;

§ 78, linha 4: “/.../ por lhes ter encarregado a administração temporal das aldeias, como *na conformidade* do Alvará de 7 de junho de 1755./.../”, aqui, aliás, empregada pleonasticamente ao lado da conjunção, de mesma natureza, *como*, ser-vindo apenas para demonstrar que o grau superlativo predominava com força no *Directório dos índios*.

Já em relação à conjunção conformativa *conforme*, esta, é encontrada em dois únicos parágrafos: 9 e 27. Mas sempre com o mesmo intuito.

Exs.: § 9, linha 15: “/.../ e tratando-os com aquela distinção que lhes for devida, *conforme* as suas respectivas graduações,/.../”;

§ 27, linha 11: “/.../ por ser matéria que, *conforme* o Direito, não admite prescrição,/.../”

A preposição *sem*, que indica relações de ausência, exclusão, falta e privação está consignada nos parágrafos 10, 21, 22, 25, 27, 28, 38, 44, 51, 61, 68, 77, 80, 87 e 95.

Exs.: § 39, linha 12: “/.../ fazer negócio algum *sem* a assistência dos seus Directores para que,/.../”;

§ 77, linha 8: “/.../ se não pode executar entre índios de diversas Nações *sem* primeiro consultar a vontade de uns e outros,/.../”.

A conjunção *sem que*, como subordinativa consecutiva, se apresenta nos parágrafos 1, 38 e 67. Tanto a preposição isolada quanto em forma de conjunção demonstram a preocupação que o autor tem em mostrar erros a corrigir, seguidos de recomendações.

Exs.: § 1, linha 5: “/.../ não tenham a necessária aptidão que se requer para o Governo *sem que* haja quem os possa dirigir,/.../”;

§ 38, linha 6: “/.../ porque, costumando-se vender em todas estas povoações a farinha, arroz e feijão por paneiros, *sem que* fossem alqueirados,/.../”.

E segue pelo restante do documento: *porque*, conjunção subordinativa causal nos parágrafos 17, 19, 23, 25, 53, 54 e 68; ou como conjunção explicativa nos parágrafos 10, 24, 30, 38, 39, 42, 47, 49, 52, 60, 69, 70, 71, 81 e Alvará. As conjunções adversativas *mas* nos parágrafos 1, 2, 3, 6, 13, 15, 17, 22, 24, 25, 27, 28, 32, 37, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 63, 67, 69, 70, 75, 80, 90 e 93; *porém* no parágrafos 2, 5, 8, 14, 29, 30, 32, 48, 51, 57, 70 e 78, e, *pelo contrário* nos parágrafos 6, 18, 70 e 84. *Como*, conjunção subordinativa causal nos parágrafos 14, 16, 25, 26, 28, 32, 41, 45, 50, 52, 54, 57, 59, 67, 71, 77, 80, e, 90; *como*, conjunção comparativa nos parágrafos 1, 3, 7, 10, 11, 12, 22, 25, 37, 38, 40, 44, 49, 52, 63, 65, 66, 74, 79, 88, 91, 92 e Alvará; ou como, conjunção conformativa, nos parágrafos

2, 27, 30, 34, 39, 51, 58, 76 e 78. A conjunção coordenativa conclusiva *pois* nos parágrafos 4, 6, 13, 16, 22, 24, 27, 35, 40, 51, 66, 87 e 94, e, explicativa, no parágrafo 9. A conjunção coordenativa conclusiva *logo* nos parágrafos 2, 6, 19, 29, 32, 38, 41, 54, 55, 70, 74, 86 e 90. *Assim como*, conjunção subordinativa comparativa nos parágrafos 1, 9, 22, 26, 28, 30, 32, 42, 44, 51, 60, 63, 75, 80 e 86. As conjunções subordinativas temporais *ainda agora* nos parágrafos 14, 38, 48 e 58 e *ainda quando* no parágrafo 69, e, a conjunção coordenativa concessiva *ainda que*, nos parágrafos 62, 78, 82, 90, 94 e Alvará. As conjunções subordinativas proporcionais *ao-(mesmo) passo que* nos parágrafos 6 e 47; *ao mesmo tempo que* nos parágrafos 50, 67 e 93, e, *à proporção de*, nos parágrafos 9, 15, 17, 25, 35, 49, 54, 68, 77 e 85. A conjunção subordinativa temporal *enquanto* nos parágrafos 1, 28, 42, 92 e Alvará, e, na função de um pronome relativo(quantos), nos parágrafos 5, 57 e 78. As conjunções subordinativas temporais *quando* nos parágrafos 27, 67, 69 e 72; *depois que(de)* nos parágrafos 19, 29, 55 e Alvará, e, *antes de* nos parágrafos 51, 54, 70, 81 e 94. As conjunções subordinativas consecutivas *de sorte que* nos parágrafos 8, 19, 21, 31, 68 e 95, e, *de sorte nenhuma*, no parágrafo 52.

O pronome relativo *que* precedido pela preposição *com* nos parágrafos 1, 9, 12, 15, 22, 25, 27, 33, 34, 44, 51, 54, 57, 58, 64, 71, 76, 77, 81 e 93; e, precedido pela preposição *de* nos parágrafos 1, 10, 11, 19, 20, 22, 29, 33, 41, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 58, 60, 61, 66, 69, 74, 81, 85, 90, 94 e 95.

A locução adverbial temporal *daqui por diante* nos parágrafos 10, 11, 27, 49, 61 e 63.

A locução conjuntiva temporal *antes pelo contrário* nos parágrafos 19 e 84.

A locução prepositiva *sem embargo*, talvez espanholismo, nos parágrafos 9, 37, 54 e Alvará.

As locuções denotativas de retificação *ou seja*, parágrafos 72 e 82; e, de inclusão *além de*, parágrafos 7, 10, 23, 52, 54 e 67.

As palavras denotativas de realce *só*, parágrafos 1,2, 3, 6, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 22, 24, 25, 32, 34, 41, 43, 46, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 63, 69, 70, 76, 80, 84 e 95; de inclusão *também*, parágrafos 6, 9, 11, 12, 26, 29, 32, 44, 47, 67 e Alvará, e, *até*, parágrafos 1, 3, 6, 8, 9, 10, 16, 19, 20, 23, 31, 39, 44, 50, 52, 59, 60, 65, 69, 80, 81 e 92; e, de limitação *apenas*, nos parágrafos 13, 33, 41, 42, 49, 55, 68, 69, 71, 74 e 90.

O advérbio de tempo *sempre* nos parágrafos 3, 6, 8, 29, 50, 52, 53, 59, 63, 79, 84, 88, 89, 95 e Alvará.

O advérbio de lugar *onde* nos parágrafos 8, 10, 12, 39 43 e Alvará.

O pronome indefinido *cada* nos parágrafos 1, 8, 25, 49, 50, 58, 64,

68, 83 e Alvará.

As expressões *no caso*, parágrafos 2, 8, 29 e 72; *em caso*, parágrafos 2 e 62; *deste modo*, nos parágrafos 30, 38, 39, 49, 54, 58, 91 e 95, e, *por este modo* nos parágrafos 61, 68, 69, 72, 73, 81, 89 e 90.

É também comum no texto do *Directório* o emprego abundante de anáforas. Ora, as anáforas são pronomes relativos ou demonstrativos que são utilizados como referência ao que já foi enunciado ou está por se enunciar. Este artifício tem o valor intensificador, superlativante visto que a constância e a ênfase do uso no texto tem como meta relembrar e persuadir. São estes os pronomes anafóricos: próprio (§§ 6, Alvará), próprios (§§ 1 e 7), própria (§§ 5, 6, 20, 53 e 95) e próprias (§§ 18, 21, 46 e 91); cujo (§§ 8, 29 e 55), cujos (§§ 16, 44 e 75), cuja (§§ 30, 33, 53 e 94) e cujas (§ 51); mesmo (§§ 2, 6, 10, 11, 13, 16, 26, 28, 30, 39, 43, 47, 49, 50, 59, 60, 67, 69, 70, 78, 92, 93 e Alvará), mesmos (§§ 4, 8, 9, 10, 11, 13, 16, 20, 23, 25, 28, 29, 31, 34, 37, 41, 42, 44, 49, 51, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 75, 77, 80, 84, 89 e 90), mesma (§§ 3, 11, 14, 15, 21, 32, 34, 41, 45, 51, 56, 57, 66, 72, 77 e 90) e mesmas (§§ 2, 3, 19, 33, 39, 40, 52, 53, 55, 56, 63, 67, 80, 81 e 86); tal (§ 29) e tais (§§ 33 e 81); aquele (§§ 47, 48, 51 e 92), aqueles (§§ 5, 6, 9, 41, 64, 65, 76, 94 e 95), aquela (§§ 2, 4, 9, 17, 38, 45, 64, 73, 80, 83, 87, 88, 91 e 94) e aquelas (§§ 9, 10, 44, 50, 53, 58, 67, 69, 73, 74, 83, 85, 89 e 92); daquele (§§ 7, 24, 47 e 59), daqueles (§§ 9, 26, 34, 53, 68 e Alvará), daquela (§§ 32, 35, 36 e 49) e daquelas (§§ 13, 15, 44 e 50); naquele (§ 29), naqueles (§ 42), naquela (§§ 42, 56 e 58) e naquelas (§§ 39, 81 e 85); àquela (§§ 32 e 54) e àquelas (§§ 12 e 39); este (§§ 6, 10, 12, 13, 17, 19, 20, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 38, 41, 45, 47, 48, 50, 52, 55, 56, 61, 68, 69, 72, 73, 74, 78, 80, 81, 88, 89, 90, 95 Alvará), estes (§§ 1, 3, 5, 16, 21, 31, 36, 39, 58, 67, 68, 90 e 94), esta (§§ 4, 7, 15, 22, 27, 31, 37, 38, 41, 44, 53, 55, 57, 60, 61, 77, 88, 94 e Alvará) e estas (§§ 8, 16, 17, 18, 19, 27, 35, 38, 45, 51, 54, 55, 72, 73, 74, 77, 80, 92 e 94); deste (§§ 1, 3, 4, 10, 13, 23, 24, 25, 28, 30, 37, 38, 39, 42, 46, 49, 51, 53, 54, 58, 65, 69, 71, 80, 81, 89, 91 e Alvará), destes (§§ 41, 44, 65, 73, 92, 93 e Alvará), desta (§§ 1, 4, 22, 27, 32, 36, 63, 67 e 70) e destas (§§ 32, 36, 42, 44, 48, 63 e 93); neste (§§ 18, 21, 22, 24, 33, 40, 45, 61, 70, 72, 78 e 92), nestes (§§ 32 e 84), nesta (§§ 2, 6, 33, 45, 46, 51, 54, 57, 58, 70, 72 e 76) e nestas (§§ 47 e 95); (o, a, à, no, na, pelo e pela) qual (§§ 1, 4, 7, 12, 38, 44, 46, 61, 63, 66, 67, 70, 71) e (os, as, às, nas e pelos) quais (§§ 2, 5, 9, 23, 29, 37, 38, 39, 45, 50, 51, 57, 61, 63, 65, 66, 69, 73, 76, 87, 95).

Exercem também a função anafórica a combinação da preposição *em* com o pronome *ele, eles, ela, elas*: nele (§§ 20, 31, 46 e Alvará), neles (§§ 2, 6, 15, 17, 80 e 90), nela (§§ 6, 26, 33, 45 e 57) e nelas (§§ 12, 19, 36, 55, 63, 66, 74, 75, 76 e 77); e, ainda, os adjetivos: referido (§§ 1, 29, 42, 46, 49

e 67), referidos (§§ 1, 27, 30, 31, 43, 55, 57, 67 e 71), referida (§§ 64 e 65) e referidas (§§ 2, 26, 30, 47, 51, 53, 55, 62, 66, 69, 80, 81, 86 e 94); respectivos (§§ 1, 2, 29, 34, 51 e 78), respectiva (§ 27) e respectivas (§§ 4, 6, 13, 19, 38, 41, 46, 48, 62, 63, 66, 67, 74, 75 e 84); dito (§§ 1, 2, 4, 32, 33, 50, 54, 56, 61, 63, 72, 77, 78, 80 e Alvará), ditos (§§ 2, 9, 19, 26, 29, 31, 39, 42, 49, 50, 54, 57, 58, 63, 67, 69, 72, 73, 74, 75, 79, 80 e 89), dita (§§ 29, 30, 33, 41, 49, 55, 70 e Alvará) e ditas (§§ 2, 29, 48, 59, 75 e 80); sobreditos (§§ 2, 50, 56, 69 e 94), sobredita (§§ 33, 54, 67 e 81) e sobreditas (§§ 1, 8, 42, 52 e 93).

3. CONCLUSÃO

A clareza é um atributo retórico. Faz parte, especialmente, do discurso a que é submetido, uma intenção permanente de persuasão. E, o que se vê no *Directório*? O estilo do autor do *Directório* se baseava na Retórica de sua época que tinha como meta transformar a comunicação humana, de modo que o homem pudesse ter maiores condições de falar e escrever, usando de argumentação extremamente convincente, daí porque a linguagem arqui-hiperbólica e repetida encontrada com facilidade em todo o *Directório dos índios*.

Mas, ao contrário de Roland Barthes que afirma ser o estilo “/.../ sem destinação, o produto de um impulso, não de uma intenção/.../”^v, pode-se perceber muito bem, a partir do conhecimento que se possui a respeito da finalidade da publicação daquele documento, que o autor não foi movido por um impulso e, sim, tinha como intenção, verdadeiramente nítida, persuadir a todos a quem tocassem as ordens emanadas do *Directório*. Quer dizer, cada palavra, mesmo que repetida, ganha uma significação nova através do sentido enfático com que ele a emprega.

A sua escritura tem um grau elevado de intimidação, está em pleno confronto com a sociedade a que é dirigida.

Baudelaire uma vez referiu-se a uma “verdade enfática do gesto nas grandes circunstâncias da vida”^{vi}. O autor, juridicamente o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, usou de todas as suas forças ao escrever o *Directório* porque para ele, aquele momento representava um capítulo de extrema relevância para a história da colonização do Brasil. Seu irmão, o Marquês de Pombal, o colocara nesta função e ele sentiu-se no dever de acabar de uma vez por todas com os desmandos e desordens existentes, até então, na civilização dos índios brasileiros e, especialmente, os daquela região do país.

O *Directório* é nada mais nada menos que um texto revolucionário.

A roupagem extravagante do qual é revestido o consagra entre aqueles já utilizados nas grandes revoluções políticas do nosso planeta. Afinal, sua principal característica é a intimidativa, e, impôs-se, até, por meio do sacrifício de sangue para que houvesse uma total consagração cívica.

No entanto, poder-se-ia, dizer, usando-se das palavras de Barthes, que:

“Essa escritura, que exhibe todos os signos da inflação, foi uma escritura exata: nunca linguagem alguma foi mais inverossímil e menos impostora”^{vii}.

Afinal, o *Directório* foi revogado após 40 anos de vigor e a penúria dos índios prossegue, desde então, até os dias de hoje, seja no Pará e Maranhão ou em outras partes deste Brasil de fins de século XX.

5. BIBLIOGRAFIA

BARTHES, Roland. *Novos ensaios críticos* seguidos de *O grau zero da escritura*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas e Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo : Cultrix, 1974.

CORREIA, Elsa Canhôtô. *Processos de superlativação no português medieval*. Dissertação para licenciatura em Filologia Românica. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1949.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro : Editora Distribuidora de Livros Escolares Ltda., 1975.

GUIMARÃES, Elisa. *Articulação do texto*. São Paulo : Ática, 1990.

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Livraria Acadêmica, 1970.

6. NOTAS

i. LAPA, M. R., (1970), p. 115.

ii. CORREIA, E. C., (1949), p. 14.

iii. LAPA, M. R., (1970), p. 185.

iv. GUIMARÃES, E., (1990), p. 30.

v. BARTHES, R., (1974), p. 122.

vi. BAUDELAIRE *apud* BARTHES, R., (1974), p. 128.

vii. BARTHES, R., (1970), p. 129.